

MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS E DEMOCRACIA NO BRASIL

UMA ABORDAGEM COGNITIVA

Götz Ottmann

Tradução do inglês: Otacílio Nunes

RESUMO

No final dos anos 1970, um segmento da elite acadêmica via os movimentos sociais urbanos como uma "nova vanguarda" que substituiria o papel até então ocupado pelo movimento dos trabalhadores, cuja importância política estava em declínio. Quando esse fenômeno fracassou em atingir o alcance esperado, o desapontamento se instalou na comunidade acadêmica, que passou a fazer uma leitura pessimista dos movimentos sociais. Este artigo procura refutar essa visão tomando por base a análise dos movimentos urbanos ocorridos na Grande São Paulo desde a década de 1940 até o final da década de 1980. Para o autor, o pessimismo acadêmico em relação aos movimentos sociais está enraizado predominantemente na escolha pelos analistas de um eixo temporal irrealisticamente curto. A adoção de uma moldura temporal mais longa permite entender o enfraquecimento dos movimentos durante os anos 1980 como um fenômeno cíclico, e revela que as identidades dos movimentos sociais são fluidas e dependentes do contexto.

Palavras-chave: movimentos sociais urbanos; Grande São Paulo; democratização.

SUMMARY

In the late 1970s, part of the academic elite perceived urban social movements as a "new avant-garde" which would replace the role played by the labor movement, whose political significance was declining. But when this phenomenon failed to reach their expected goals, disappointment set into the academic milieu, which began to undertake a pessimistic reading of social movements. Based on an analysis of urban movements taken place in Metropolitan São Paulo from the 1940s to the late 1980s, this article seeks to refute this perspective. In the author's view, academic pessimism in relation to social movements is rooted primarily in the scholars' choice of an unrealistically short temporal axis for their analyses. Adopting a wider temporal framework allows us to appreciate the weakening of social movements during the 1980s as a cyclical phenomenon, revealing that social movement identities are fluid and depend upon their context.

Keywords: urban social movements; Metropolitan São Paulo; democratization.

No contexto de uma sociedade global cada vez mais urbanizada a desintegração das áreas urbanas faz surgir algumas apreensões da classe média. É na densidade das áreas urbanas que a modernidade, despedaçada pela guerra cultural, a violência racial e a impotência política, parece mais frágil. Confrontados com o naufrágio da modernidade alguns dos espectadores, na celebração divina de uma divisão sujeito/objeto, declaram "o fim da modernidade". Outros, revolvendo uma caixa de peças de reposição obsoletas, tentam um relançamento, enquanto a

maioria está ocupada em vender entradas para o espetáculo. Alguns, paralisados pela "condição pós-moderna", celebram a ausência de significado, enquanto outros viajam pelo globo para redescobrir a ação consciente [*agency*]. Durante o final dos anos 1970, no meio do mau cheiro do lixo deteriorado e dos esgotos a céu aberto (ou inexistentes) da periferia urbana "subdesenvolvida", um segmento da elite acadêmica afirmava a existência de uma "nova vanguarda" — os Movimentos Sociais Urbanos. Os Movimentos Sociais conseguiam satisfazer as necessidades empíricas de uma grande variedade de pesquisas acadêmicas e foram logo celebrados como o novo salvador do significado. Quando esse fenômeno "espontâneo", surgindo como a fênix das cinzas da modernidade, fracassou em atingir o alcance esperado, o desapontamento se instalou na comunidade acadêmica. Supercompensando sua euforia inicial, os "Social-Movimentalistas" viram a necessidade de relegar a luta dos Movimentos Sociais à esfera da coleta de lixo e dos bueiros. Despidos de seu significado político, os movimentos, celebrados como a nova vanguarda socialista apenas alguns anos antes, tinham sido absorvidos pelas sombras urbanas de Castells.

Em meados dos anos 1980, a representação dos Movimentos Sociais tinha mudado para uma leitura pessimista dos movimentos sociais. As afirmações de alguns expoentes asseverando que uma democratização profunda da cultura política do Brasil só seria alcançada por meio de uma atividade consolidada na esfera política formal atraiu a atenção acadêmica. Entre outros, R. Cardoso (publicada em 1983, cf. Assies, 1992, p. 30), F. H. Cardoso (cf. Touraine, 1988a, 1992)¹, Alain Touraine (1988a)² e Alan Scott (1990) questionaram a validade de uma representação sociocultural e enfatizaram a importância da participação política formal. Afirmações de um renascimento do clientelismo (Mainwaring, 1987, cf. Assies, 1992, p. 34; Gay, 1990a, 1990b; Cammack 1991), supostamente enraizado na cultura política "tradicional" do Brasil (Gay, 1990b); um enfraquecimento e desorganização da sociedade civil (Gohn, 1991, p. 17; Moura, 1991; Caldeira, 1986/7); o crescimento das práticas de autoritarismo, violência, abusos de direitos humanos e a coerção de sindicatos (Pereira, 1991); a incapacidade de produzir uma ruptura substancial com as políticas econômicas do regime militar (Schwartz, 1990); e a manutenção sem alterações influência política das forças militares (Zirker, 1991) — tudo parecia confirmar a asserção da primazia da ação na arena política formalmente construída.

A influência democratizante creditada aos Movimentos Sociais durante o final dos anos 1970 passou a ser vista como um conceito inventado pelos especialistas em Movimento Social na busca de uma nova força que substituísse a velha vanguarda politicamente declinante — os trabalhadores. Aqueles, entretanto, que lembram os eventos dramáticos do final dos anos 1970 — os quais enfatizaram a importância dos movimentos sociais no processo de democratização da *abertura* brasileira —, devem sentir a necessidade de questionar uma linha de argumentação baseada numa simples asserção de que as classes populares brasileiras tinham voltado a suas práticas codificadas geneticamente, baseadas em uma "cultura política tradicional". Tendo em mente que os movimentos populares do final dos anos 1970 foram capazes de oferecer um *front* organizado de luta contra a ditadura militar, parece um pouco simplista demais atribuir seu declínio a sua impotência em face de um discurso conservador dominante³. Deve-se perguntar portanto se eles explicam o fato de que, embora membros das classes populares se engajem em lutas na esfera da reprodução, apoiem as lutas dos trabalhadores centradas na produção, e façam amplo uso da pressão política formal como um instrumento

(1) F.H. Cardoso argumenta que a exigência de que os Movimentos Sociais se desengajem dos partidos políticos, concentrando-se na produção de valor social básico, leva a uma situação onde os movimentos passam a depender de serviços que só estão disponíveis através do governo. O líder popular termina então por negociar soluções com um tecnocrata do Estado, que consegue estabelecer o padrão para as soluções. "Sem a vontade e sem o conhecimento, os movimentos, por mais puros e autônomos que sejam, acabam fazendo um pacto com o diabo" (cf. Touraine, 1988a, pp. 248-9).

(2) Touraine argumenta que devido ao amplo abismo de conhecimento entre as classes populares e as classes dominantes (1988a, p. 128), as classes populares são substancialmente dominadas por um discurso neoconservador (p. 247). Como um exemplo dessa dominação Touraine cita o padrão de votação das classes populares em São Paulo, elegendo o conservador Jânio Quadros em lugar de F.H. Cardoso, candidato da centro-esquerda, apoiado por bases consideráveis dos movimentos sociais.

(3) Touraine (1988a) recorre a uma linha de argumento similar na tentativa de explicar o comportamento eleitoral conservador de São Paulo nas eleições federais de 1985.

estratégico, sua participação na arena política formal permanece baixa e longe de ser radical.

A despeito da matança acadêmica selada pelo *postmortem* de muitos analistas, os movimentos populares brasileiros estão vivos e constituem um elemento importante na conformação de processos democráticos no Brasil. Os movimentos populares, especialmente quando se levam em conta as enormes restrições cognitivas, estão impulsionando o Brasil para um modelo político de democracia participativa. Uma série de movimentos na âmbito da Grande São Paulo servirá para demonstrar que desigualdades estruturais e especialmente de "conhecimento" não só se materializam imediatamente para fazer parte da realidade social, mas são moldadas por processos socioculturais e evoluem no contexto de uma considerável moldura temporal. Uma investigação sobre a emergência dos Movimentos Sociais, assim, tem de remontar à emergência histórica da desigualdade estrutural assim como escavar a história da militância do movimento. Uma moldura temporal um pouco mais longa, como a empregada aqui, revela que o pessimismo da maioria dos expoentes está enraizada predominantemente em sua escolha de um eixo temporal irrealisticamente curto. Além disso, um foco sobre a constituição discursiva dos Movimentos Sociais revela os processos dialéticos que moldam a militância do movimento bem como os procedimentos políticos no Brasil. Nesse contexto, a fissura dos movimentos durante os anos 1980 é explicada como um fenômeno cíclico e um resultado desses processos dialéticos. As identidades do Movimento Social são fluidas e dependem do contexto, como veremos na seção seguinte. Essa fluidez é uma das qualidades intrínsecas mais importantes dos movimentos e proíbe qualquer comparação com processos de partidos políticos formais, o que é muito frequentemente desconsiderado pelos expoentes do movimento social.

1. Discurso e identidade — considerações teóricas

Consciência, realidade, língua, conhecimento e cultura estão inextricavelmente ligados. Estar consciente de um evento (emoção, sentimento, ocorrência, coisa), significaria que nós podemos diferenciar esse evento de um outro, portanto, conferir a ele uma identidade. Sem essa identidade, nós estaríamos imersos em um domínio de realidade que não permitiria uma separação clara entre eventos/objetos (piso e cadeira, por exemplo). Ter consciência é "reconhecer" eventos; um processo que pressupõe a atribuição de certas identidades ao fenômeno percebido, permitindo-nos enquadrar eventos específicos em uma massa de percepções e "reconhecer" sua recorrência. A consciência, conseqüentemente, requer um ato de nomeação. Todavia, um evento não pode ser nomeado isoladamente, sem um contexto. Para Wittgenstein, por exemplo, o ato de nomear não se baseia em qualidades essenciais "em" um objeto específico, mas requer a participação em um contexto gramatical mais amplo baseado em acordos comuns. A constituição de uma identidade, assim, deve ser "contextual", já que "uma grande dose de preparação na linguagem é pressuposta para que o mero ato de nomear possa fazer sentido" (Wittgenstein, 1976, par. 257). O processo de nomeação é, assim, necessário para uma percepção consciente dos eventos⁴.

Para que esse processo de nomeação contenha alguma validade, a atribuição de identidade tem de ser orientada por um acordo nos julgamentos, um ritual de

(4) Argumentando que a linguagem só é, então, uma ferramenta de comunicação válida quando é compartilhada por outros membros de um contexto cultural, Wittgenstein pode deixar para trás os elementos nihilísticos, intrínsecos, por exemplo à análise de Derrida. Isso, é claro, facilita o *retorno do ator*. A desconstrução de Derrida se baseia, assim, na produção e reprodução, recentrada, de linguagem pelo ator.

nomeação. Para transmitir alguma certeza, a criação de identidade deve estar baseada em consenso, costume e acordo social por meio da e na linguagem (cuja superioridade) é imanente. O significado das palavras é vinculado ao contexto de uma sentença, e "entender uma sentença significa entender uma linguagem [...] ser o mestre de uma técnica" (Wittgenstein, 1976, par. 199). Ademais, Wittgenstein argumenta que para o comportamento humano ser inteligível ele tem de aderir a uma lógica de regularidade: os costumes (uso comum) (ibidem, par. 207). O comportamento inteligível segue um certo padrão de regularidade, um conjunto de regras, ou uma técnica baseada no estabelecimento de acordos cotidianos baseados na recorrência de identidades, sendo, portanto, em larga medida previsível. Esse constructo de convenções, referidas por Wittgenstein como "jogos de linguagem", poderia ser traduzido aproximadamente pelo termo "conhecimento". Jogos de linguagem/conhecimento são produzidos/reproduzidos pela participação; ou seja pelo engajamento na esfera sociocultural, moldada e remoldada constantemente pela *práxis* pública.

Com base nessa premissa, a ação é, portanto, informada pelo conhecimento, esculpida na *práxis* sociocultural. As formas contemporâneas de conhecimento são, é claro, um encontro de jogos de linguagem produzidos por várias esferas culturais. Formas locais de conhecimento são informadas por uma multidão de culturas, difíceis de discernir. Para fins analíticos eu proponho, portanto, uma divisão tríplice do conhecimento em esferas que interagem fluidamente, construindo uma trama de ações-escolhas. O conhecimento aqui é separado de acordo com suas restrições de acesso e sua escassez. Faz-se uma divisão entre o conhecimento que ocorre como resultado de uma imersão no tecido sociocultural de um bairro e o conhecimento que não está prontamente disponível; por exemplo, o conhecimento racional científico formal. Uma outra divisão é traçada entre essas formas de conhecimento e as estratégias, um elemento que é intrinsecamente parte de qualquer forma de conhecimento. Todavia, como os atores buscam frequentemente ajuda estratégica de fontes fora de seu ambiente sociocultural, e como as estratégias recebidas são frequentemente baseadas em várias premissas culturais mas não conseguem transmitir o conhecimento que poderia produzir estratégias adicionais, parece aconselhável separar essa forma de conhecimento: um conjunto de sequências de identidade estruturado estrategicamente que só oferece possibilidade restrita de condicionamento para se adaptar a contextos cambiantes.

Os atores do movimento social, embora dominando uma abundância de conhecimento sociocultural, poderiam ser desqualificados por uma disponibilidade muito limitada de educação formal e, conseqüentemente, pela falta de conhecimento racional científico (Weffort, 1991, p. 192; Daveira, 1985, pp. 67-8; Conniff, 1981, pp. 119-21). A dominação da vida pública do Brasil por correntes especializadas de conhecimento racionalista científico exacerba essa limitação. Qualquer tentativa dos atores do movimento social, geralmente em posição sócio-econômica desvantajosa, de participar da vida pública é, portanto, inibida por essa falta de educação e *status* formais. A inclusão sistêmica de setores de baixa renda é efetuada em termos altamente desiguais e só poderia ser equilibrada pelo acesso privilegiado ao conhecimento. Ademais, a percepção limitada dos procedimentos administrativos reduz a capacidade do ator para desenvolver estratégias eficazes utilizando canais formais. Os movimentos sociais são, assim, dependentes de conhecimento estratégico que entra em sua esfera cognitiva através de fontes como sindicatos, partidos políticos, lideranças do movimento social, intelectuais, contato com autoridades oficiais, profissionais liberais e instituições religiosas. Transmitindo ou estratégias

pré-fabricadas ou fragmentos de conhecimento "do sistema" essas agências impactam o acervo de conhecimento dos movimentos sociais e aumentam suas escolhas de respostas estratégicas.

Identidades são um bloco de construção intrínseco do que constitui a linguagem, a base do que Wittgenstein chama "jogos de linguagem", um termo que poderia ser traduzido como "discursos". Linguagem, identidades e discursos são produzidos/reproduzidos por segmentos da sociedade que poderiam ser reunidos sob o termo "culturas". Esse conhecimento sociocultural, em certa medida produzido pela práxis cognitiva, forma em conjunção com outros discursos de identidade a matriz de identidade dependente do contexto dos participantes do movimento social. Uma identidade de movimento é, conseqüentemente, constituída por várias entidades discursivas compartilhadas — inclusive identidades culturais espaciais — que habilitam os participantes do movimento a situar sua própria posição em um campo de representação de eventos. Rompendo com concepções estáticas, aqui as identidades são, então, definidas por agrupamentos discursivos sobrepostos que, formando uma matriz multidimensional (Bourdieu, 1985, pp. 723-44; Laclau, 1985, pp. 30-5), promulgam uma resposta fluida a um contexto situacional — habilitando a uma certa leitura dos eventos. Várias matrizes de identidade, de novo dependentes de situação ou do projeto/estratégia, constituem um sistema de matriz polimórfica que compõe a locação de identidade de um ator. Expostas à pressão exercida pelas várias fontes do "Poder" de Foucault (1982), por exemplo, essas locações de identidade geram um *locus* de discursos estratégicos oposicionistas, situados firmemente no tecido da realidade cultural⁵.

Identidades não aparecem repentinamente como resultado de circunstâncias sócio-econômicas em mudança. São formações discursivas que se cristalizaram ao longo de um período de tempo substancial. Uma escavação da militância do movimento, como a tentada abaixo, demonstra isso claramente e questiona as afirmações que interpretam os movimentos sociais como "sublevações espontâneas da sociedade civil".

2. A emergência dos movimentos sociais

O movimento de reconstrução do centro de São Paulo, durante as duas primeiras décadas do século XX, uma época de escassez de bens de consumo básico geral e de moradia de baixa renda, e de altas taxas de inflação, detonou conflitos urbanos explosivos. A deterioração das condições de moradia produzida pela modernização "haussmaniana" de áreas internas à cidade provocou ondas de protesto (Rolnik, 1988, pp. 86-7). Sementes estrangeiras tais como as ideologias socialista, comunista e anarquista, importadas do velho mundo na "consciência" de milhares de trabalhadores imigrantes (Flynn, 1978, p. 76), caíram em solo fértil. Emoldurada por identidades de bairro étnicas, a alta densidade dos bairros de baixa renda (Leeds, Leeds, 1972, p. 9) possibilitou a rápida disseminação, especialmente, da ideologia anarquista⁶. A ação de grupo, enfatizando a autonomia e a solidariedade, emergiu (Rolnik, 1988, p. 87) e se consolidou em movimentos populares como os *movimentos urbanos nos bairros periféricos* e o movimento contra os despejos. Entre 1912-15 os movimentos ganharam força, culminando em 1917 em uma explosão popular. Os ataques violentos no centro da cidade demoliram símbolos de opressão e produziram uma onda de pânico entre o segmento abastado

(5) Uma relação de poder, de acordo com Foucault, é um modo de controle que não age "direta e imediatamente sobre os outros", mas é exercido por meio de uma cadeia de ações prévias ou antecipadas (1982, p. 789). O poder é, então, mais um modo de governo do que um confronto direto entre dois adversários. A noção foucaultiana de Poder está enraizada no conceito de uma representação dos eventos necessariamente diferente. Essa representação produz uma ação do Poder que estrutura, define o "campo possível de ação de outros" (p. 790) e, em consequência, constitui uma certa forma de subjetividade. O poder, portanto, não é uma função do consentimento, mas uma ação sobre a recusa de sujeitos "livres" a acomodar-se ao constructo de realidade daqueles que querem governar. Poder e dissenso estão, assim, inextricavelmente ligados em uma luta constante que produz formações discursivas estratégicas antagônicas para a mesma referência (pp. 794-5). Em resumo, uma condição intrínseca de toda relação de Poder é produzir um discurso antagônico emoldurado por um texto compartilhado, dando origem a uma base cognitiva para a ação consciente.

(6) Alguns analistas argumentam que a luta de 1917 era claramente apolítica (Moisés, 1987). Isso, contudo, resultaria numa definição do político que equipara o "político" com o "Estado", uma noção rejeitada firmemente pela ideologia anarquista.

da sociedade. Isso, por sua vez, produziu, por um lado, uma resposta das forças armadas e, por outro, menos violentamente, engendrou o surgimento do governo paulista como uma força mediadora compreensiva. Ambas as medidas cumpriram um papel importante na consequente desintegração dos movimentos populares em várias facções (Rolnik, 1988, p. 89). Esse período de crise (meados da década de 1910) produziu uma mudança estrutural/discursiva substancial na esfera da moradia de baixa renda.

Os primeiros sinais de mediação governamental entre o capital e as classes populares, visando a difusão do clima social altamente explosivo, propagaram novas soluções para o problema da moradia. A resultante auto-construção de unidades de moradia em terra destinado pela Câmara Municipal criou a primeira concentração espacial de moradia autoconstruída de baixa renda em São Paulo (Bonduki, 1988, p. 98). Além disso, uma proteção mínima aos inquilinos inadimplentes foi introduzida entre 1921-7. Todavia, o discurso liberal dominante de não-intervenção estatal persistiu (Bonduki, 1988, p. 100) e produziu uma estratégia de movimento antiestatista que se desenvolveu com base na exclusão das classes populares do projeto democrático.

A atitude popular antagônica ao Estado mudou com o alargamento da base eleitoral durante o começo da década de 1930. A primeira mudança para o populismo produziu um reconhecimento gradual do projeto de democracia em geral e do Estado como provedor de serviços urbanos em particular. O populismo "democrático" de Getúlio Vargas durante a década de 1930⁷ produziu as precondições para uma inclusão política das classes populares, resultando em uma mudança da agenda de políticas sociais urbanas. A deterioração das condições de vida, exacerbada durante a década de 1930 por uma crise agrícola que desalojou grande número de trabalhadores rurais (Leeds, Leeds, 1972, p. 6)⁸, e o aumento dos preços dos imóveis foram combatidos por várias peças de legislação trabalhista⁹. A renda disponível dos trabalhadores foi aumentada por meio do estabelecimento de tetos para os alugueis, proteção aos inquilinos e moradia pública subsidiada em *parques proletários*. Embora esse papel mediador da administração Vargas aumentasse as oportunidades para os pobres urbanos, por um lado, o rígido controle autoritário sobre as classes populares sufocou a militância do movimento¹⁰.

O paternalismo corporativista do período Vargas produziu um novo processo dialético entre as classes populares e o Estado. Nesse novo clima político, a provisão de moradia tornou-se a nova ferramenta clientelista, garantindo a popularidade política necessária para que o projeto populista emergisse (Bonduki, 1988, p. 104). Isso criou um novo relacionamento clientelista que definia a responsabilidade do Estado no fornecimento de serviços sociais. O Estado era cada vez mais visto como responsável pela provisão de um "padrão de habitação" mínimo. A resposta estratégica a essa incorporação discursiva no texto urbano populista gerou as primeiras greves dirigidas pelo Estado em 1938, baseadas em formações de identidades tais como "cidadão" (Bonduki, 1988, p. 105)¹¹. Em meados da década de 1940, as classes populares, tendo recebido incentivos econômicos mínimos na forma de aumentos de salário e proteção aos inquilinos, tinham identificado uma oportunidade na ordem prevalecente e, em consequência, construíram suas estratégias dentro do contexto existente. Contudo, o segundo fechamento do espaço populista e seu substituto — trabalhismo — em meados da década de 1940 (Flynn, 1978, p. 109), seguidos pela reinstalação do Estado de segurança nacional pelo exército em 1947, deram origem a demandas populares crescentes por participação democrática.

(7) Embora adotando um rótulo de democracia radical, Vargas nunca seguiu nenhuma promessa democrática. Ele passou rapidamente a centralizar o poder político, baseando-se principalmente num importante segmento do exército e embarcou numa política de industrialização por substituição de importações com características econômicas fortemente nacionalistas (Flynn, 1978, pp. 59-60).

(8) Esse exemplo em Leeds e Leeds trata do Rio de Janeiro. É de esperar, contudo, que a queda dos preços de produtos primários em 1920, resultando numa crise da indústria do café em 1930, tenha provocado um influxo de trabalhadores agrícolas nas aglomerações urbanas brasileiras.

(9) Introduzidas entre 1938 e 1946.

(10) Além disso, como o direito de voto estava vinculado à alfabetização, grandes segmentos das classes populares não tinham valor político para o projeto populista de Vargas e permaneceram sem voz (Graham, 1990, p. 11).

(11) Alimentada por aumentos de alugueis, do custo de vida e da inflação, essa greve no Rio de Janeiro (na época, a capital do país) visava uma aplicação mais firme de leis que protegiam a reprodução das classes populares.

No final da década de 1940 se tornou cada vez mais aparente que as políticas intervencionistas do governo produziam distorções de fatores que se traduziam em deterioração dos padrões de vida dos setores de baixa renda. O congelamento dos aluguéis pelo Estado, uma medida que facilitava baixas taxas de reprodução da mão-de-obra, baixos salários e, como consequência, crescimento industrial mais rápido, em um quadro de preços de imóveis inflacionados¹², logo tornaram inviáveis os investimentos em imóveis para aluguel. Números crescentes de apartamentos alugados foram vendidos e os inquilinos despejados. A suspensão de tributos e outras taxas (como as de condomínio) foi imposta para compensar a queda na renda. Exacerbadas pelo grande número de imigrantes, essas circunstâncias se traduziram em uma aguda escassez de moradia e a deterioração dos padrões de vida durante o começo da década de 1940¹³. Essa escassez de moradia de baixa renda e falta de renda disponível deram origem à primeira concentração espacial significativa de unidades habitacionais auto- e parcialmente autoconstruídas¹⁴ em terras públicas — as favelas (Bonduki, 1988, p. 108)¹⁵.

Em meados da década de 1940, as pavorosas condições de vida deram origem à mobilização de inquilinos sob a tutela intelectual do PCB (Partido Comunista do Brasil) (Bonduki, 1988, p. 110)¹⁶. "Onde morar" se tornou um *slogan* brandido pelos movimentos populares contra os despejos que mostrou ter uma forte influência sobre a opinião pública e as decisões judiciais. Grande número de inquilinos se organizaram em Comitês Democráticos e Populares (CDP). De uma multidão de formações de identidades que produziram vários movimentos populares emergiu uma identidade abrangente baseada numa democracia radical de base — uma capacidade de intervenção do poder popular que permaneceu intocada pelo PCB. Quando o PCB conseguiu pular a barreira ideológica para unir as massas populares sob rótulo das demandas baseadas na reprodução — durante as preliminares para as eleições de 1947 —, era tarde demais. O poder dominante tinha conseguido legitimar uma solução mais democrática para a questão social do Brasil.

A repressão do PCB e dos CDPs em 1947 resultou na eliminação da representação política dos trabalhadores, não impedindo, contudo, o surgimento de movimentos sociais urbanos. Consolidando os esforços dos CDPs para criar uma plataforma autônoma para as classes populares, movimentos sociais como a Sociedade de Amigos de Bairro e a Fundação da Casa Popular (Costa, 1992, p. 27) continuaram sua luta contra os despejos e pelo acesso à terra e a serviços sociais básicos (eletricidade, esgotos, fornecimento de água) (Kowarick, Bonduki, 1988, p. 144). Grupos de mulheres — Liga das Donas de Casa e União de Mulheres — protestavam contra o constante aumento do custo de vida e pediam acesso a serviços como escolas, creches e outras infra-estruturas sociais (Costa, 1992, p. 28). Embora, na superfície, os movimentos parecessem lutar por uma variedade de projetos desconectados, a defesa da democracia e da Constituição emergia como um objetivo comum (Costa, 1992, p. 29).

Esses movimentos de 1948 revelam numerosas semelhanças com os movimentos mais famosos da década de 1980. Não apenas as lutas são centradas em torno de demandas similares — desde despejos, de falta de terra, infra-estrutura urbana, serviços básicos até demandas dos movimentos de mulheres por creches, escolas, atendimento à saúde —, mas eles parecem também portar um denominador comum: a demanda por democracia participativa. A ênfase na autonomia de 1948 ainda soava verdadeira para os movimentos do final da década de 1970 e da década de 1980. As ligações com partidos políticos, a mídia e os intelectuais parecem ter existido tanto no primeiro quanto no último período. Como na década

(12) Durante a II Guerra Mundial, a inflação, aliada ao declínio das oportunidades de investimento internacionalmente, produziu uma corrida para imóveis urbanos que provocou um grande aumento nos preços dos imóveis. Para cobrir esse aumento nos valores nominais de investimento, teria sido urgente um aumento nos patamares dos aluguéis.

(13) Entre 1945 e 1948, 10 a 15% da população de São Paulo foi despejada.

(14) A construção de moradia pública deve ser vista à luz de uma outra campanha eleitoral, influenciada significativamente pela atmosfera socialmente explosiva.

(15) Todavia, até a década de 1970, as favelas continuaram a ser um fenômeno marginal em São Paulo.

(16) O PCB da década de 1940, diferentemente do da década de 1920, aceitava a instituição da democracia social e competiu ativamente na disputa eleitoral de 1946. A ideologia do PCB estava, assim, firmemente enraizada no âmbito da modernidade democrática.

de 1980, eles eram principalmente "de base local e definidos territorialmente" e mobilizados em torno do consumo coletivo, autonomia política, e um sentimento distinto de "nós" — identidade cultural¹⁷. Os movimentos de 1948, desse modo, satisfazem quase todos os critérios de movimento social de Castells (cf. Banck, Doimo, 1985, p. 72), exceto possivelmente um: é provável que eles não estivessem conscientes de seu papel enquanto "movimentos sociais" como o significante na medida em que o significante para sua ação ainda estava para nascer. Não obstante, a abundância de semelhanças parece garantir a afirmação preliminar de que a única "novidade" ou manifestação de ruptura, conceitualmente diferenciadora entre os movimentos de 1948 e aqueles da década de 1980, é representada pelo significante do fenômeno social — "movimento social". Uma representação do movimento social que enfatiza sua novidade na base de reivindicações políticas baseadas na identidade, como a de Melucci (1985), extrai a legitimação de suas reivindicações de "novidade" basicamente do "novo" foco e não da evidência de um fenômeno novo radicalmente modificado. Em um veio similar, avaliações que acentuam o surgimento "espontâneo" dos movimentos sociais, como por exemplo é apresentado frequentemente pelos "comportamentalistas coletivos" (por exemplo, Cohen, 1985, pp. 671-3), parecem derivar o caráter "espontâneo" do fenômeno social da moldura temporal de sua análise — focalizando principalmente o final da década de 1970 e a década de 1980, uma época em que os movimentos sociais estavam com certeza bem e realmente em curso —, e, no caso do Brasil urbano, ignoram os movimentos da década de 1940.

Na verdade, uma análise do ímpeto discursivo que formou os movimentos das décadas de 1950 e 1960 carrega as sementes de uma explicação que lida com a consolidação e o declínio dos movimentos da década de 1980. As identidades de movimento criadas durante este período mostraram-se altamente bem-sucedidas durante a abertura política do regime. Todavia, a redução binária de identidades que formava a própria base da estratégia bem-sucedida durante o final da década de 1970 levou à desintegração dos movimentos em face do surgimento de um governo democrático.

3. Discursos e a formação de identidades

O discurso democrático popular — marxista — moderno que inspirou o surgimento dos movimentos de 1948 constituiu uma trajetória discursiva importante. Esse discurso, junto com outras entidades discursivas tais como aquelas informadas pela igreja católica progressista e os campos culturais de conhecimento, por exemplo, traduziram-se em uma matriz de identidade de movimento. Essas entidades discursivas deram origem a identidades como "cidadão", "cristão", "comunista", "social-democrata" e se fundiram numa base normativa a partir da qual direitos e reivindicações eram extrapolados e vocalizados. Em conjunção com identidades baseadas na vizinhança, essas identidades discursivas formaram a base para os quadros culturais que informam a ação do movimento social. Os discursos, assim, cumprem uma função estratégica. Eles fazem a ligação entre a experiência vivida e a consciência — a base para a ação consciente.

Na década de 1950, um dos principais portadores de conhecimento estratégico eram as SABs. Elas forneceram uma moldura cosmológica teórica, baseada em uma conjunção de análise marxista e ideologia social-democrática, que conseguiu

(17) Vitor Tavares de Moura, comissionado para estudar as condições de saúde e saneamento nas favelas do Rio, já notava "um sentimento claro de interação social e um sentimento de 'nós'" (Leeds, Leeds, 1972, p. 9).

dar um poderoso significado a eventos cotidianos e condições de vida nos bairros (por exemplo Daveira, 1985, p. 43). As SABs atraíram moradores urbanos para o projeto de modernidade e permitiram que os movimentos percebessem e vocalizassem seus direitos enquanto cidadãos (ibidem, p. 53). A hegemonia simbólica das SABs não era de forma alguma absoluta. O contato entre a liderança das SABs e os movimentos resultou sim em um processo de fertilização cognitiva que moldou mutuamente a realidade dos atores envolvidos (ibidem, pp. 35-6). A organização em SABs facilitou ainda mais um sentido de propósito histórico, legitimado por uma leitura dos eventos históricos em termos de "a luta da classe popular", a base do que Touraine chamaria a luta para determinar a historicidade de alguém. Durante as décadas de 1950 e 1960, contudo, muitas SABs começaram a desintegrar-se. Assumidos frequentemente por líderes clientelistas, o papel de muitos movimentos foi reduzido a uma mera ferramenta de barganha — votos por serviços — na arena política. A luta contra o poder cooptador de um Estado clientelista e de vários grupos de interesse se tornaria uma das principais preocupações das SABs (ibidem, p. 42). No começo da década de 1960 muitas SABs tinham se tornado parte integrante das estruturas políticas clientelistas (ibidem, p. 49).

A crescente institucionalização do campo discursivo das SABs, que calcificou e inibiu a ação do movimento, foi enriquecida por outra importante moldura cosmológica e estratégica, aquela disseminada pela Igreja católica. A importância da Igreja católica na formação dos movimentos sociais contemporâneos pode ser aferida pela declaração de Herminia Maricato de que "sem [a igreja], 90% das organizações do movimento social urbano em São Paulo não existiriam" (Alvarez, 1990, p. 131). Especialmente durante a década de 1970, a grande maioria dos movimentos foi iniciada, estava ligada a ou era controlada pela Igreja (ibidem, p. 131)¹⁸. Desempenhando um papel de mediação entre as forças de oposição durante os anos mais repressivos (final da década de 1960 até início da década de 1970), a Igreja, baseada na referência a um discurso que automaticamente a dotava de uma superioridade moral, forneceu aos movimentos legitimidade e proteção contra a perseguição política.

O discurso da Igreja ocupa um lugar muito particular na medida em que é constituído de uma mistura de linguagem simbólica e conceitual, fato frequentemente desprezado por "brazilianistas" contemporâneos. "Comunicando o significado existencial que acompanha o desvendamento das estruturas profundas da realidade" (Eliade, 1988, p. 5), o simbólico explode o significado dos eventos na medida em que acrescenta novas dimensões normativas e torna-os "abertos" (ibidem, p. 6). Transmitindo a "Verdade" absoluta, o discurso católico reduz outras reivindicações de verdade a uma leitura aberrante, epistemologicamente reducionista da realidade. O catolicismo é consequentemente, em um plano, uma moldura incontestável que formula, para o crente, a representação última dos eventos. Legitimadas por um poder infinitamente maior do que qualquer órgão terreno de poder, as demandas que são vocalizadas com base nesse discurso são por definição "justas" e têm a capacidade de descentrar qualquer discurso assintótico com uma base de referência diferente.

A década de 1950 deu origem a um novo fenômeno na Igreja católica latino-americana — a teologia da libertação¹⁹. A influência dessa corrente de teologia esgarçaria o tecido ideológico da hierarquia católica brasileira e daria origem no começo da década de 1960 à Ação Popular (AP), de base principalmente estudantil. Baseada em Hegel e Marx, a AP desenvolveu um discurso que representava a "socialização" como um processo dialético de formação de consciência histórica.

(18) Isso certamente criou importantes fricções e obstáculos para movimentos que buscavam autonomia política e ideológica da igreja durante o último estágio da liberalização (Alvarez, 1990, p. 131).

(19) Para um tratamento aprofundado do surgimento da teologia da libertação no Brasil, ver De Kadt (1970).

Dado o estímulo correto, esse processo tinha o potencial para transformar o mundo em um lugar mais humano (De Kadt, 1970, pp. 87-8). Além disso, a AP vocalizava sua resoluta oposição ao procedimento populista e manipulador — como era praticado por Goulart e a esquerda nessa época —, enfatizando a necessidade de uma conscientização *à la* pedagogia do oprimido de Paulo Freire (ibidem, pp. 94, 104). Essa conscientização das classes populares, argumentava-se, deveria formar a base de uma cultura popular autêntica emancipada que levaria a uma nova experiência histórica. A produção de uma nova realidade histórica por meio da cultura popular transformaria então valores e crenças numa base normativa mais humana para a vida social, econômica e política (ibidem, p. 105)²⁰. Membros de organizações de jovens católicos como a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Universitária Católica (JUC) e, mais tarde, a AP decidiram sair pelo país para "alfabetizar" e "sindicalizar" as classes populares rurais. Muitos se juntaram ao Movimento de Educação de Base (MEB), outros formaram o movimento de sindicalização (ibidem, pp. 111-2). Estabelecido em 1961, o MEB instalaria 15 mil escolas pelo rádio no primeiro ano de sua existência. Em 1963, o movimento de sindicalização tinham penetrado com sucesso nos sindicatos rurais (ibidem, p. 107) e o MEB tinha matriculado um total de 111.066 alunos, indicando a importância potencial e o sucesso relativo do movimento (ibidem, p. 133)²¹. A tentativa de Goulart de empurrar seu eleitorado para o campo para aumentar sua definhante sustentação assinalou o fim da abordagem de alfabetização dos grupos do MEB, passando a prevalecer a "massificação" (ibidem, p. 113). O fato de que uma conscientização que teria resultado em um poder mais fundamental para as classes populares tenha se mostrado muito morosa (idem, 1970, p. 220), e levaria automaticamente ao confronto de classes (ibidem, p. 266) aumentou a pressão sobre o MEB. Assim, diante de um esforço maciço dos partidos políticos para "apanhar" os eleitores potenciais recém-alfabetizados, os ideais de não-dirigismo foram cada vez mais abandonados em favor da doutrinação.

Como os grupos do MEB, as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) contribuíram para uma mobilização e conscientização das bases. Ao contrário dos grupos do MEB, no entanto, as CEBs produziram importantes exigências estruturais que forneceram o espaço no qual componentes de conhecimento estratégico puderam se transformar em ação na forma de movimentos sociais emergentes²². As CEBs cumpriram funções importantes na retomada da ação coletiva. Membros das classes populares participantes das CEBs foram encorajados a aderir a uma série de movimentos existentes tais como sindicatos, ligas camponesas e associações de moradores (Mainwaring, 1989, p. 8)²³. Além disso, baseados numa fé politizada e radicalizada, membros das CEBs — bem como a Igreja católica em geral — desempenharam um papel importante na "desconstrução" das relações populistas entre o Estado e os movimentos existentes e, portanto, favoreceram o potencial democratizante dos movimentos sociais. As CEBs, por exemplo, ao enfatizar seu caráter apolítico e religioso, derivavam sua motivação para a ação de um plano acima da política: a fé religiosa (Mainwaring, 1989, p. 28; Barreira, 1989, p. 88). A oposição geral da igreja "progressista" a um envolvimento em processos políticos, baseada no caráter anti-reformista da teologia da libertação, produziu um certo desligamento dos movimentos da esfera política, em particular, e um desengajamento de um projeto elitista de modernidade, em geral.

As SABs, as CEBs e o MEB viram seu campo de ação séria e, cada vez mais, brutalmente reduzido pela ditadura militar subsequente (1964-84). Canais políticos não controlados pelo Estado foram sistematicamente fechados e grande número de

(20) Era traçada uma cuidadosa distinção entre massificação — a apresentação de soluções concretas — e alfabetização — o treinamento para cada um chegar a suas próprias soluções. Nem é preciso dizer que a primeira era firmemente rejeitada (De Kadt, 1970, p. 107).

(21) O golpe de 1964 reduziu radicalmente as atividades do MEB; contudo, os movimentos mantiveram uma importante influência nas áreas rurais durante a era pós-golpe (ibidem, p. 238) e continuaram sua campanha de alfabetização um pouco desradicalizada (ibidem, p. 204).

(22) Para uma avaliação detalhada das CEBs ver, por exemplo, Acott Mainwaring (1986).

(23) Mainwaring sugere que nem todas as CEBs eram células revolucionárias, e que os membros das CEBs estavam mais ou menos inclinados à participação em movimentos democráticos (1989, p. 8).

milитantes políticos foram perseguidos ou empurrados para o exílio (Alvarez, 1990, pp. 39, 46-7, 96). Entre 1968 e 1973, período do "milagre" econômico brasileiro, um investimento enorme em infra-estrutura urbana para acumulação de capital — rodovias, pontes, auto-estradas, avenidas, por exemplo — resultou em uma rápida modernização das áreas urbanas (Kowarick, Bonduki, 1988, p. 148)²⁴. A especulação imobiliária, aliada a uma explosão da demanda por espaço urbano, produziu um aumento nos preços dos terrenos que teve um impacto negativo sobre a disponibilidade de moradia de baixo custo, num período de declínio dos salários reais²⁵. Em consequência, migrantes rurais expulsos de suas terras pela nova política agrícola, e atraídos para os centros urbanos que cresciam aceleradamente²⁶ pela industrialização maciça, foram forçados a habitar os novos assentamentos urbanos (São Paulo) de invasores, dispondo apenas do mínimo de recursos (Kowarick, Ant, 1988, p. 45)²⁷. Essa crescente polarização e pauperização do terço inferior da população levou a um aumento de 400% na mortalidade infantil entre 1966 e 1970 (ibidem, p. 54)!

As atrocidades cometidas contra os direitos humanos e o declínio permanente dos padrões de vida legitimaram a posição de radicais dentro da hierarquia da Igreja e favoreceram uma mudança para a esquerda (Mainwaring, 1986, p. 145). Em meados da década de 1970 a "nova consciência da exclusão", facilitada basicamente pela Igreja e por militantes sindicais, espalhou-se pelos bairros, fazendo surgir o que um largo segmento do mundo acadêmico chamaria os Novos Movimentos Sociais. A Igreja e os militantes políticos foram, portanto, extremamente importantes na politização dos eventos, criando uma linguagem e também um espaço de representação para "as pequenas lições extraídas da vida cotidiana" (Barreira, 1989, p. 90).

A articulação ação do abismo entre os excluídos econômica, política e socialmente e aqueles que participavam do "milagre econômico brasileiro" (1968-73) produziu a fundação de uma identidade de movimento altamente oposicionista. No coração dessa identidade estava a reivindicação das classes populares de livrar o mundo dos males da dependência internacional, do capitalismo autoritário, da opressão e da injustiça. A postura contra o governo ditatorial encontrou, em meados da década de 1970, apoio crescente em um segmento substancial dos estratos médios e altos da sociedade civil (Barreira, 1989, pp. 64, 73). Produzindo uma utopia baseada na igualdade, solidariedade, justiça social, bem comum e não individual, e processos democráticos com participação de massa, a teologia da libertação forneceu a base para uma formação de identidade oposta diretamente à do Estado autoritário²⁸. Essa exacerbação da diferença pressupunha o que Laclau chama uma expulsão de um certo "superávit de significado" (idem, 1985, p. 35). O Estado, consequentemente, era visto como um tirano monolítico, oposto por um movimento social relativamente unido em favor da justiça social e da democracia. Especialmente durante meados da década de 1970, os movimentos sociais que se expandiam explosivamente ganharam rápida legitimação em um papel democratizante, opondo-se à "ditadura militar".

Embora essa representação estratégica de oposicionalidades resultasse em um crescente potencial de mobilização na sociedade civil, ela se baseava em uma representação essencialmente binária dos acontecimentos e construía os militares como entidade homogênea²⁹. Essa homogeneização artificial do aparato militar constituiria um dos principais componentes desmobilizadores das estratégias dos movimentos. Com o retorno final das forças armadas aos quartéis, os movimentos sociais tinham perdido o foco de sua luta.

(24) Em 1974, 30% dos brasileiros viviam na pobreza absoluta. Entre 1960 e 1979, a taxa de crescimento urbano subiu para 4,5% ao ano (Alvarez, 1990, p. 45).

(25) Enquanto os salários caíam continuamente, os preços da terra subiram, entre 1959 e 1978, cerca de 300% (Kowarick, Bonduki, 1988, p. 149).

(26) 63,1% dos brasileiros moravam em áreas urbanas em 1979, contra 46,1% em 1960.

(27) As favelas de São Paulo cresceram de 1,6% da população em 1973 para 7% em 1980 (Kowarick, Bonduki, 1988, p. 151).

(28) Sobre esse ponto ver, por exemplo, Laclau, E. (1985).

(29) O governo militar não constituía, entretanto, um *front* unificado. O caráter polimórfico do aparelho militar, constituído por facções engajadas em uma disputa discursiva permanente, produziu uma série de contradições e mudanças políticas, indo desde elementos que levaram ao endurecimento da ditadura no final da década de 1980 até a liderança militar democratizante dos generais Geisel (1974-9) e Figueiredo (1979-84) (Stepan, 1988, p. 29).

4. Distensão/abertura

Embora os analistas diverjam quanto à causa da política de abertura de Geisel, a maioria concorda em que a busca de uma nova fórmula de legitimação e uma nova estratégia hegemônica tendo como premissa a institucionalização foram os determinantes-chave (por exemplo, Alvarez, 1990, p. 77). Essa abertura política — distensão — produziu o espaço necessário para que os participantes do movimento percebessem um potencial para o sucesso (Alvarez, 1990, p. 78). Esse espaço recém-criado de expressão política possibilitou a existência de uma coalizão política e ideologicamente díspar, que encontrou sua base comum principalmente na política de identidade oposicionista. As organizações populares reuniram suas forças para organizar-se em alianças de resistência popular (Kowarick, Bonduki, 1988, p. 159). A luta por democracia de uma série de movimentos sociais que se expandiam rapidamente ganhou crescente legitimação por meio da imprensa e de um cauteloso apoio burguês. Esse antagonismo da sociedade civil para como o Estado militar tornou-se cada vez mais visível durante a eleição de 1974 e se manifestou em um voto anti-Arena³⁰. Em 1976, numa tentativa de limitar o aumento da popularidade do MDB, os militares anunciaram a proibição da propaganda eleitoral paga³¹. Isso, conseqüentemente, fortaleceu as ligações entre o partido e as organizações populares — especialmente as SABs e as CEBs (Alvarez, 1990, p. 141), levando-o ao sucesso eleitoral nas eleições de 1978. Tudo isso criou a pressão necessária para que os militares dessem o próximo passo — a abertura. Em um movimento adicional para limitar o escopo dos processos democráticos e dividir e fragmentar a oposição, o MDB foi extinto e introduziu-se um sistema multipartidário (idem, 1990, p. 146).

Num nível discursivo, o governo articulou, no final da década de 1970, sua estratégia despolarizante baseada numa fusão de identidade nacional e comunitarismo. Esse discurso objetivava a difusão de conflitos urbanos potenciais pela utilização da conhecida fórmula do nacionalismo. Com a tentativa de incluir movimentos de base comunitária no projeto nacional e ao nomear a comunidade "desenvolvida" como a base do Estado nacional, o governo contestava as representações dualísticas da ideologia do movimento social, baseada numa oposição enfatizada entre classes populares e Estado autoritário (Assies, 1992, pp. 14-5). A pressão popular sobre o regime militar ainda estava, todavia, de pé, resultando na bem-sucedida candidatura presidencial de um civil da oposição — Tancredo Neves — em 1984, lançando a base para a "nova democracia" brasileira.

O dinamismo e o entusiasmo dos movimentos populares no final da década de 1970 se traduziram na formação de uma base de sustentação que crescia rapidamente, celebrando a possibilidade de ação consciente de milhões de pessoas. Esse espetáculo atraiu a atenção de um conjunto de especialistas internacionais que comemoraram o nascimento de uma nova vanguarda popular (Borja, 1975; Evers, 1985; Habermas, 1981; Laclau, 1985; Lojkin, 1981; Melucci, 1985; Mouffe, 1985; Offe, 1985; Touraine, 1985, 1988b, por exemplo)³². Em meados da década de 1980, contudo, teve início uma súbita maré de pessimismo acadêmico.

5. Movimentos sociais na década de 1980

Depois do pico do começo da década de 1980, a energia de mobilização da sociedade civil começou a se dissipar e a maioria dos movimentos entrou no estágio

(30) Touraine argumenta que essa votação anti-Arena representava a rejeição do clientelismo e uma demonstração de esperança de procedimentos democráticos mais autênticos (1988a, p. 425). De acordo com Cardoso (1992), o MDB não teve grandes ligações com as organizações de moradores durante a eleição de 1974 (p. 160).

(31) Essa mudança ficou conhecida como "Lei Falcão".

(32) Para um excelente panorama da teoria do movimento social ver Assies (1990).

declinante de seu ciclo de vida. No contexto de uma grave crise econômica que constrangeu a participação nos movimentos, as identidades de movimento sofreram alterações significativas. A mudança das práticas discursivas na esquerda acadêmica e eclesiástica, em conjunto com o surgimento de um discurso estatal antagônico e uma representação crescentemente multifacetada dos acontecimentos entre as lideranças dos movimentos, produziram pressões centrífugas, facilitando uma fragmentação das identidades de movimento. Isso, juntamente com afirmações de um retorno a padrões políticos neoclientelistas e populistas, instigou analistas acadêmicos a representar os movimentos sociais como projetos políticos fracassados, inconsequentes com um aprofundamento dos processos democráticos no Brasil. Todavia, uma interpretação como essa parece ter pouco alcance e despreza o contexto sócio-econômico do processo democrático brasileiro. Os movimentos não só foram bem-sucedidos no estabelecimento de estruturas democráticas fundamentais propícias à participação popular, mas também tiveram um impacto substancial sobre as formações normativas do eleitorado, e portanto sobre a arena política formal. Ao gerarem novos elementos de conhecimento e cultura, contestando permanentemente entidades estabelecidas de uma cultura dominante, os movimentos sociais se engajam ativamente da moldagem da economia política do Brasil.

O projeto democrático do Brasil nasceu num contexto de declínio econômico e desencanto político. O impacto do segundo choque do petróleo no começo da década de 1980 e um aumento maciço nas taxas de juros reais, contribuindo para uma saída líquida de capitais da América Latina entre 1982 e 1986 de US\$ 132 bilhões (Langoni, 1987, p. 52), levaram a uma descapitalização da economia brasileira. As dificuldades financeiras internas em conjunto com uma recessão mundial a seguir montaram o cenário para o desempenho econômico desastroso do Brasil durante a década de 1980. A crise econômica brasileira, exacerbada por um tratamento de choque econômico neoliberal, tiveram um forte impacto sobre a disposição política e despedaçou as esperanças especialmente do terço inferior do estrato social, que havia associado a transição para a democracia a uma elevação nos padrões de vida (Trindade, 1991, p. 312). O fracasso do segundo Plano Cruzado, em particular, e a crescente visibilidade da ligação entre inação do governo e declínio sócio-econômico engendraram uma séria crise de confiança no sistema político (idem, 1991, pp. 310, 312). Essa desilusão das classes populares se traduziu num comportamento dos eleitores que se assemelhava a uma espécie de punição, voltada contra políticos da direita e da esquerda que eram acusados de uma "administração incompetente dos assuntos públicos" (ibidem, p. 310; Buarque, 1991, p. 23).

A crise econômica em conjunto com uma política econômica neoclássica redistribuiu renda dos segmentos mais pobres da sociedade para os segmentos superiores (Ireland, 1993, p. 4), e aumentou a dureza dos que recebem renda baixa. As mulheres, constituindo frequentemente a maioria dos membros dos movimentos populares, foram lançadas na força de trabalho para suplementar ou produzir a renda familiar. As crescentes demandas sobre as mulheres invadiram seu papel como militantes do movimento e reduziram seu engajamento (Gohn, 1991, p. 165). Outra faceta da privação neoclassicamente induzida, a escalada da violência nas ruas e os ressentimentos ameaçadores contra mulheres por gangues de bairro (Ireland, 1993; Podesta, 1993, p. 18; Pedrosa, Noel, Ernesto, Pugliese, 1990), dissuadiram os membros de movimentos da participação em encontros comunitários.

Durante a década de 1980 a constituição discursiva dos movimentos sociais se alterou consideravelmente. Mudanças estratégicas na esquerda e na Igreja católica tiveram um impacto importante sobre o acervo de conhecimento dos movimentos. No contexto geral de uma reavaliação estratégica dos processos democráticos da "esquerda européia e latino-americana" (Assies, 1992, p. 28) e com base no fraco desempenho eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT) durante as eleições de 1982, a política de identidade oposicionista caiu em desgraça e foi finalmente descartada. A força renovada do neoconservadorismo na hierarquia da Igreja católica produziu um relativo desengajamento do compromisso da igreja com os movimentos sociais³³. Esse processo foi reforçado por uma crescente consciência da parte dos elementos progressistas da igreja católica brasileira da tensão entre discurso mobilizador e ação instrumental nos movimentos; e essa consciência foi complementada pela noção de que a Igreja tinha de cumprir uma função mais cultural do que política na vida social do Brasil (Assies, 1992, p. 29). A retração da Igreja criou um vácuo, preenchido pelo surgimento das assessorias, entidades não governamentais que, fortemente informadas pelo discurso acadêmico internacional dos Movimentos Sociais, cumpriam funções de aconselhamento para os movimentos (por exemplo Barreira, 1989, p. 83).

Além disso, a proclamação de uma anistia em 1979 propiciou o retorno de milhares de militantes políticos (Alvarez, 1990, p. 118), levados ao exílio pela purgação política da ditadura militar após 1968. Expostos a "novos" pensamentos acadêmicos e experiências de movimento na Europa, esses militantes representavam uma nova fonte discursiva para os Movimentos Sociais. Para os movimentos de mulheres, em particular, esse influxo de novos discursos na forma de militantes retornadas, que "literalmente inundaram os grupos feministas em São Paulo" (Alvarez, 1990, p. 118), produziu uma diferenciação da consciência feminista e (Alvarez, 1990, p. 101) "infundiu novo material estratégico e conceitual" (ibidem, p. 118; p. 119, nota 19). A entrada de novo conhecimento caracterizou o discurso sobre os Movimentos Sociais, alimentando conceitos como "autonomia do movimento" nos movimentos previamente analisados (ibidem, p. 118). O discurso do Movimento Social internacional, doravante, tornou-se parte do acervo discursivo dos movimentos quando foi filtrado através de assessores e intelectuais da igreja, militantes políticos e ativistas dos movimentos até as bases (Assies, 1992, p. 13; Banck e Doimo, 1988, p. 71; Touraine, 1988, p. xxi). A proeminência da contribuição de Castells, em particular, exacerbou a ênfase apolítica da teologia da libertação e produziu durante o final dos anos 1970 movimentos que rejeitavam o ambiente político formal como o lugar para uma ação social significativa (Banck e Doimo, 1988, p. 71; Barreira, 1989, pp. 68-9)³⁴.

A inauguração de um governo polimorfo "democrático" produziu uma repentina ausência de identidade antagonística. Como consequência a cola unificadora que havia reunido facções anteriormente perdeu sua força. A exposição dos movimentos a esse fluxo de insumo discursivo resultou em uma maior fragmentação da identidade. Os movimentos feministas exibiram durante os anos 1980 um primeiro sinal dos efeitos dessa fragmentação discursiva. À medida que a conceitualização do feminismo se tornou cada vez mais sofisticada e emergiram estratégias, objetivos e visões em excesso, o potencial dos discursos para produzir uma identidade mobilizadora decresceu e os movimentos começaram a desintegrar-se (Alvarez, 1990, p. 130). A fragmentação da identidade foi ainda mais exacerbada por uma crescente diversidade e complexidade das demandas públicas (Alvarez, 1990, p. 233; Moura, 1990, pp. 71-3)³⁵. A homogeneidade inicial dos interesses percebi-

(33) A extensão desse processo é controversa; ver por exemplo Adriance (1991).

(34) Vista a essa luz, não surpreende a afirmação de Weffort de que, apesar do fato de 65% da população brasileira viver em pobreza relativa ou absoluta, só 10% do eleitorado era constituído por eleitores de baixa renda nas eleições de 1989 (1992, p. 192).

(35) Para uma avaliação que trata das mudanças nas formas e atitudes das famílias brasileiras e da consequente necessidade de novas políticas públicas, ver Goldani (1990).

dos após uma invasão de terra, por exemplo, era logo desafiada por questões relativas a distribuição de benefícios, *status*, oportunismo e poder em geral (Moura, 1990, pp. 71-3). A fluidez e heterogeneidade de interesses foi exacerbada ainda pela diversidade política e econômica dos participantes dos movimentos e das lideranças em particular (Gohn, 1991, pp. 160-1). No *front* político, as lideranças do movimento tinham frequentemente se emaranhado em uma rede de alianças políticas divergentes (Cammack, 1991, p. 548) e se sujeitaram à influência de um discurso conservador liberal e hegemônico que minava o fundamento da identidade dos movimentos (Alvarez, 1990, p. 228)³⁶. O envolvimento da liderança, especialmente do movimento de mulheres, na administração estatal e em partidos políticos produziu um abismo alienador entre as lideranças e "o movimento". Enquanto a liderança, cada vez mais elitista e interessada em sua carreira, mostrava mais preocupação com a política econômica e as políticas públicas, os participantes do movimento criticavam o declínio da ênfase numa transformação radical da cultura e da sociedade (idem, 1990, p. 231)³⁷.

Além das fricções internas, a "crise de identidade coletiva" foi aumentada pelas novas abordagens adotadas pelo Estado e os representantes políticos. Embarcando numa estratégia de "catacrese semântica" (uma inversão de significado), esses agentes produziram discursos enfatizando a "participação popular" e "a abertura das estruturas do Estado à participação popular no processo de planejamento" (Gohn, 1991, p. 15), ou a importância de uma inclusão das preocupações das mulheres na arena política (Alvarez, 1990, pp. 172-7) no caso do movimento de mulheres. Todavia, os novos discursos representaram inicialmente mais um exercício de correção política — uma apropriação discursiva — do que uma tentativa de acomodar as demandas das classes populares. A cidadania, por exemplo, uma das noções-chave que formam a identidade coletiva dos movimentos, experimentou um deslocamento referencial maciço. Sob os auspícios do Estado na busca de uma justificação para as dificuldades econômicas do estrato inferior da sociedade, cidadania passou a significar "a consolidação das instituições políticas" e "um conhecimento que redirecionasse o Brasil para um caminho de crescimento econômico" (Weffort, 1992, p. 200). Além disso, a crescente capacidade de órgãos estatais mais descentralizados para responder às demandas dos Movimentos Sociais cooptou os movimentos e/ou enfraqueceu suas estruturas ao absorver as lideranças (Alvarez, 1990, pp. 228-233; Cammack, 1991, p. 541). A maior acessibilidade e importância da política via meios de comunicações (Trindade, 1991, p. 313) — parte de uma estratégia de controle iniciada durante o período militar — disseminou com sucesso um discurso nacional-estatal patriótico, somando-se à pressão sobre as identidades dos movimentos (Ireland, 1993, p. 12). Além disso a crescente influência dos meios de comunicação produziu um quadro de conhecimento específico no qual o impacto da televisão monopolizada redirecionou o foco político de uma esfera local para uma arena cosmopolita (diversificada) altamente elitizada. As questões locais que formavam uma parte importante da cosmologia dos movimentos tornaram-se parte de um quadro fragmentado muito maior, sustentado em valores diferentes (Kottak, 1991, p. 71; Weffort, 1992, p. 207; Touraine, 1988a, p. 127). Além disso, Kottak argumenta que em São Paulo a TV "parece estar fortalecendo as famílias nucleares e as unidades domésticas às custas da vida comunitária geral" (1991, p. 86).

O declínio de uma conceitualização do Estado como "o oponente", em conjunção com uma maior receptividade dos movimentos sociais para discursos "de fora" em um ambiente de dureza econômica, resultou em uma fissura e

(36) Alvarez é criticado por centrar-se nas lideranças dos movimentos. Se generalizarmos suas conclusões, ela parece derivar pressupostos sem fundamento para os participantes do movimento que ela despreza em seu estudo ver por exemplo Wolfe, College, 1993, p. 255).

(37) Alvarez menciona a confusão de alguns membros do movimento que "argumentavam que 'os conselhos são completamente atrelados ao Estado'", enquanto outros retorciam: "mas eles são o Estado" (1990, p. 246).

(38) Essa mudança de "cultura" no nível dos bairros também é refletida por Magela, representante da Igreja católica liberacionista no Jardim Oratório: "Vivendo em São Paulo ou no interior, seja de onde for, todos tinham o mesmo estilo de vida. A mesma proposta, as mesmas orações, o mesmo horário, as mesmas reuniões. Hoje eu não posso exigir que quem vive lá no Jardim Paulistano em São Paulo tenha as mesmas preocupações, o mesmo estilo, a mesma maneira de rezar do jeito que a gente está vivendo aqui".

(39) A alfabetização de adultos ressurgiu na década de 1980. Sua eficácia é, entretanto, seriamente dificultada pelas substanciais restrições de tempo dos setores de baixa renda.

(40) "Eu acho que o objetivo maior é de estar formando e informando os trabalhadores dos seus deveres e dos seus direitos."

(41) Devo esclarecer que essa interpretação se baseia em evidências limitadas.

(42) É preciso ter em mente que a segunda entrevista se concentrou no envolvimento político de João André. Contudo, as mudanças apontadas são, a meu ver, suficientes para fazer essas afirmações.

fragmentação segundo o que Kauffman denomina "a antipolítica da identidade" (1990, p. 67). Semelhante aos movimentos sociais do "Norte", a política de identidade do Brasil tinha passado por uma séria permutação que levou a "um ciclo de fragmentação e difusão de energias políticas" (1990, p. 68). Uma articulação de interesses cada vez mais diversos, resultado de uma maior disponibilidade de representação discursiva, produziu divisões por classe, raça, preferências sexuais e religião (Alvarez, 1990, p. 327), dando origem a uma diferenciação sempre crescente dos movimentos³⁸.

Buarque argumenta que o processo de modernização no Brasil resultou numa deseducação das massas (1991, p. 53). Os níveis de educação de hoje no Brasil são baixos. O processo educacional é ainda obstruído pela saúde ruim, má nutrição, necessidade de trabalhar e disponibilidade limitada de educação (1991, p. 57). Não é então de surpreender que vários autores comentem sobre um abismo de conhecimento entre a classe popular e uma classe média altamente politizada (por exemplo Touraine, 1988a, p. 128; Evers, 1985, p. 44). O abandono do programa de conscientização pela Igreja católica durante meados dos anos 1960 em favor de uma abordagem doutrinária representou o fim de um esquema voltado para o verdadeiro fortalecimento das massas³⁹. Durante os anos 1980, a conscientização passou a significar cada vez mais, nas palavras de João André, líder da Comissão da Terra no Jardim Oratório, "a formação e informação de trabalhadores sobre suas obrigações e direitos"⁴⁰. A politização e a conscientização das massas, assim, significava aumentar o potencial de mobilização estratégica dos bairros. Essa concentração nas questões de mobilização pela maioria das agências alimentadoras de conhecimento, tais como a Igreja católica progressista, a esquerda secular, militantes de movimentos, e até mais as novas assessorias emergentes, produziu um acervo de conhecimento do movimento altamente fragmentado. Embora os atores se refiram frequentemente aos seus direitos como cidadãos e vejam o Estado como o lugar responsável pelo alívio dessas demandas, seu conhecimento sistêmico abstrato continua a ser altamente limitado. Isso resulta em uma situação onde membros de movimentos, embora capazes de articular demandas baseados nos direitos concedidos por uma ordem democrática moderna, não conseguem compreender o funcionamento do sistema democrático como um todo (Caldeira, 1984, p. 243)⁴¹. Um quadro semelhante predomina quando focalizamos a concepção dos membros de movimentos sobre o discurso histórico político. Embora os participantes possam reproduzir um fragmento de conhecimento, apresentando um exemplo de sucesso para o movimento dos trabalhadores (1984, p. 269) — um acontecimento que tem um poder de mobilização substancial —, eles acham difícil conectar presidentes com a prática política de períodos particulares da história (1984, p. 268). As tentativas de interpretar experiências políticas passadas com o objetivo de formar estratégias de voto futuras são dificultadas por essa incapacidade de ligar políticas passadas com eventos (a repressão experimentada durante a ditadura militar não é associada com as políticas de certos generais, por exemplo) (ibidem, p. 282) e resulta em confusão, desconfiança e rejeição do sistema político formal. Acontecimentos que explodem o quadro de conhecimento do bairro, como lutas legais, políticas econômicas, ou acontecimentos que requerem o conhecimento do aparato institucional em geral, alimentam uma dependência excessiva dos participantes do movimento em relação aos líderes, assessores e interpretações dos meios de comunicação de massa. Isso, é claro, sujeita os participantes a um extraordinário desequilíbrio de poder e abre as portas para procedimentos não democráticos e abusos de conhecimento da parte daqueles que comandam um

(43) Alvarez sugere que "[em vez de] apontar para o fracasso dos movimentos, dever-se-ia argumentar que os obstáculos remanescentes só serão superados se os próprios partidos se tornarem mais programáticos, mais ideológicos, e se eles criarem estruturas mais democráticas para uma participação efetiva dos cidadãos nos assuntos partidários" (1990, p. 240).

(44) A demonstração de uma causalidade entre o estudo de Moisés e o impacto do movimento social explode o escopo dessa tese. Todavia, acho que é seguro supor que o grande aumento da sociedade civil no final da década de 1970 impactou o comportamento eleitoral em São Paulo.

(45) O interesse do eleitorado na política cresceu dramaticamente, bem como a proporção do eleitorado a favor das eleições diretas, do direito de greve, da legalização do partido comunista. O abismo entre os níveis de sofisticação rural e urbano é enorme. Por outro lado, a confiança no sistema político e, especialmente, nos partidos políticos diminuiu na medida em que a política partidária era vista como "inacessível" e "inútil" (p. 31).

acervo mais amplo de conhecimento sistêmico. É essa ausência de conhecimento sistêmico, que capacitaria o membro do movimento a situar e articular sua posição dentro de um Estado-nação democrático, que produz as condições do que alguns autores chamaram de cultura política "tradicional", "clientelista" ou "populista". Através dessa falta de conhecimento, os atores são imediatamente relegados a uma posição intrinsecamente fraca, sujeita à vontade daqueles que ocupam posições de coordenação nos movimentos, formações políticas e órgãos estatais. Além disso, especialmente no contexto de uma complexidade crescente das interações dos movimentos com órgãos estatais e de importância crescente das assessorias especializadas em conjunção com uma crescente rede de comunicação (Rolnik, Grazia, 1992, pp. 17-8), é perceptível um certo profissionalismo da "indústria" do movimento social. Em um ambiente onde o conhecimento representa uma mercadoria escassa, os líderes de movimento, os portadores de grandes segmentos de "conhecimento do movimento", se tornam cada vez mais conscientes da mobilidade para cima intrínseca a sua posição (ver por exemplo Alvarez, 1990, p. 231). Enquanto uma entrevista com João André, líder da Comissão da Terra do Jardim Oratório emitia respostas centradas na comunidade, na Igreja católica e na cultura do bairro — "[...] entrar em contato com o povo, visitar as famílias, fazer novenas, e convidar para fazer parte das ações religiosas através das celebrações [...]" —, quatro anos depois a interação foi capturada por considerações estratégicas que substituíram a ênfase na comunidade, na Igreja e na cultura popular (ver também Gohn, 1991, p. 160). Ademais, a linguagem usada por João André foi enriquecida por expressões idiomáticas emprestadas do discurso político e sociológico, uma mudança radical para a linguagem — fortemente temperada pelo catolicismo liberacionista — usada na entrevista anterior. Adicionalmente, a identidade de João André parece ter mudado do trabalho de "mobilizador do movimento" em favor de uma melhoria das condições de vida no bairro e uma sociedade em geral mais humana, para um de "mediador político" profissional entre as esferas políticas e o Estado, de um lado, e "o movimento" e "o povo", de outro. Estratégia política, coordenação de grupo, criação de redes intermovimento e política, e a representação do movimento e do bairro em diferentes painéis e esferas assumiram precedência sobre a construção da comunidade. Em geral, o ar de humildade presente durante a primeira entrevista tinha dado lugar a uma sólida autoconfiança extraída desse novo papel. O novo profissionalismo era evidente na expressão da possibilidade de usar o conhecimento adquirido para formar sua própria assessoria "profissional"⁴². Mudanças similares, derivadas de uma institucionalização das preocupações das mulheres são apontadas por Alvarez (1990). "O que se perdeu, de acordo com algumas feministas, foi aquele lado da luta feminista que dizia respeito à transformação radical da cultura e da sociedade, e não apenas da política econômica e das outras políticas públicas" (ibidem, p. 231).

A crescente institucionalização e corporativismo do movimento aumentaram o abismo coberto pela criatividade dos líderes (Moura, 1990, p. 71). A incorporação parcial dos movimentos no aparato estatal e político colocou novas exigências de linguagem para os movimentos sociais, que frequentemente só são cumpridas pela liderança (Moura, 1990, p. 71). Devido à disponibilidade limitada de estruturas que aumentem o conhecimento sistêmico dos participantes do movimento, eles são forçados a confiar cada vez mais no conselho de "especialistas" que detêm um poder significativo sobre os membros do movimento; um poder que denota a fragilidade dos processos democráticos na base. Em vez de lamentar o retorno do Brasil a sua "herança cultural política" — clientelismo e populismo — os analistas

REFERÊNCIAS

- Adiance, M. "Agents of change: The roles of priest, sisters, and lay workers in the grassroots Catholic Church in Brazil". *Journal for the Scientific Study of Religion*, vol. 30/3, 1991.
- Alvarez, S.E. *Engendering democracy in Brazil: Women's movements in transition politics*. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- Ammann, S.B. *Movimento popular de bairro: De frente para o Estado, em busca do Parlamento*. São Paulo: Cortez Editora, 1991.
- Assies, W. *To get out of the mud: Neighbourhood associationism in Recife 1964-1988*. Amsterdam: CEDLA, *Latin American Studies* n° 63, 1992.
- Bank, G. e Doimo, A.M. "Between utopia and strategy: A case study of a Brazilian urban social movement". In: Bank, G. e Koonings, K., orgs. *Social change in contemporary Brazil*. Amsterdam: CEDLA, 1988.
- Barreira, I.A.F. *O reverso das vitrines: Conflitos urbanos e cultura política*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1989.
- Bonduki, N. "Crise de habitação e a luta pela moradia no pós-guerra". In: Kowarick, L. (ed.) *As lutas sociais e a cidade*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1988.
- Bourdieu, P. "The social space and the genesis of groups". *Theory and Society*, vol. 14/6, 1985.
- Buarque, C. *O colapso da modernidade brasileira — E uma proposta alternativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- Caldeira, T.P.R. "Electoral struggles in a neighbourhood on the periphery of São Paulo". *Politics & Society*, vol. 15/1, 1986/87.
- . *A política dos outros — O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- Cammack, P. "Brazil: Redemocratisation and the lessons of populism". In: Bank, G. e Koonings, K., orgs. *Social change in contemporary Brazil*. Amsterdam: *Latin American Studies* n° 43, CEDLA, 1988.
- . "Democracy and development in Latin America". *Journal of International Development*, vol 3/5, 1991.

acadêmicos deveriam focalizar os métodos que possibilitariam uma ponte para superar esse abismo de conhecimento. Além disso, em vez de criticar as classes populares por sua "falsa consciência de classe" ou falta de participação política, e, em consequência, negar a elas qualquer importância no processo de democratização, dever-se-ia reconhecer que a luta do movimento na esfera da reprodução resulta num aprofundamento dos processos democráticos e numa produção de bens mais igualitária de bens e serviços num sistema capitalista. A falta de conhecimento sistêmico é, assim, duas coisas — uma fraqueza e uma força. Devido à ausência do conhecimento sistêmico necessária nas bases dos movimentos, que impede qualquer articulação significativa e efetiva de demandas na arena política formal, a militância do movimento social propicia uma articulação e uma politização direta das necessidades mediadas das bases e, portanto, permite uma nova voz nas instituições democráticas, uma voz que é assim, ironicamente, em muitos aspectos, reforçada por uma falta de conhecimento sistêmico.

Devemos ter sempre em mente que os impedimentos substanciais à participação democrática das classes populares, bem como o fato de que as representações dos Movimentos Sociais são filtradas para as bases e influenciam sua identidade e papéis na luta por participação. Quando elas são representações que enfatizam a incapacidade dos movimentos para "passar da mobilização das táticas de confrontação característica do período de transição, para estratégias de negociações e compromisso exigidas pelas regras do jogo político democrático" (Alvarez, 1990, pp. 227-8), podem ser vistas como contendo um elemento de irresponsabilidade. A recusa de uma comunidade acadêmica desapontada em postular qualquer relacionamento entre as mudanças democráticas no Brasil e os Movimentos Sociais não apenas reduz a legitimação dos movimentos no nível do Estado, mas tem também pode impactar o potencial de identidade e de mobilização dos movimentos sociais (ver por exemplo Alvarez, 1990, pp. 227-8). Nesse sentido, as representações acadêmicas podem tornar-se contraproducentes para os processos democráticos no Brasil⁴³. Entretanto, isso não deve ser lido como uma rejeição das representações acadêmicas em si.

Avaliações que enfatizam a desintegração dos movimentos em face de um discurso estatal desmobilizador e de práticas "inclusivas" cooptativas, durante um período como meados dos anos 1980 por exemplo, deixam, por focalizarem um quadro temporal relativamente estreito, de reconhecer a natureza cíclica e dialética dos movimentos. É da própria natureza de um processo dialético que os oponentes se engajam em uma contestação de significado com o objetivo de elaborar soluções adequadas a ambas as partes. Por meio dos processos intrínsecos à interação, valores e conhecimento são transferidos, reproduzidos, apropriados e subvertidos, minando a base de identidade das partes negociadoras. À medida que as diferenças entre as identidades se tornam confusas e as linguagens coincidem cada vez mais — como, por exemplo, em dos anos 1980, quando a administração Jânio Quadros abraçou o discurso da democracia participativa popular —, a própria razão para a existência do movimento deixa de existir. No entanto, a constante regeneração de conhecimento infundida por um grupo reativo de agentes externos engajados num processo dialético com os movimentos é capaz de produzir uma nova identidade, baseada em uma interpretação dos eventos claramente diferente — nesse caso — do contexto do Estado. Os movimentos são, portanto, capazes de recuperar-se e reorganizar-se em um período de tempo relativamente pequeno, como é exemplificado pelo final dos anos 1980 (Gohn, 1991, p. 161). As características cíclicas dos movimentos não são, a essa luz, um sinal de fraqueza, mas sim um indicador de seu

Cardoso, F.H. "Inesperado processo de formação política". In: Da Matta, R., org. *Brasileiro cidadão?* São Paulo: Cultura Editores Associados, 1992.

Chacel, J.M., Falk, P.S., Fleischer, D.V., orgs. *Brazil's economic and political future*. Boulder: Westview Press, 1988.

Cohen, L.C. "Strategy or identity: New theoretical paradigms and contemporary social movements". *Social Research*, vol. 52/4, Winter, 1985, pp. 663-717.

Comblin, J. *The church and the national security state*. Nova York: Obiris Books, 1979.

Conniff, M.L. *Urban politics in Brazil: The rise of populism 1925-45*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1981.

Daveira, H. *A fala do povo*. Petrópolis: Vozes, 1985.

De Brito, A.N.X. "Brazilian women in Exile: The quest for an identity". *Latin American Perspectives*, Issue 49, vol. 13/2, Spring, 1986.

De Kadt, E. *Catholic radicals in Brazil*. Londres: Oxford University Press, 1970.

Diacon, T.A. "Peasants, prophets, and the power of a millenarian vision in twentieth-century Brazil". *Society for Comparative Study of Society and History*, vol. 32/3, 1990.

Eliade, M. *Symbolism, the sacred, and the arts*. Nova York: Crossroads.

Evers, T. "Identity: The hidden side of new social movements in Latin America". In: D. Slater, org. *New social movements and the State in Latin America*. Amsterdam: CEDLA, *Latin American Studies* n° 29, Foris Publications, 1985.

Flynn, P. *Brazil, a political analysis*. Boulder: Westview Press, 1978.

Foucault, M. "The subject and power". *Critical Inquiry*, vol. 8/4, 1982.

Gay, R. "Community organisation and clientelist politics in contemporary Brazil: A case study from suburban Rio de Janeiro". *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 14/4, December, 1990a.

—. "Popular incorporation and prospects for democracy: Some implications of the Brazilian case". *Theory and Society*, vol. 19, 1990b.

engajamento no processo dialético e, portanto, de sua capacidade de moldar as práticas socioculturais da sociedade. Sem um engajamento como esse, os movimentos sociais não conseguiriam contestar efetivamente o controle sobre a hoje abandonada "historicidade" de Touraine.

6. O aprofundamento dos processos democráticos

Contrariando as interpretações mais pessimistas que tratam do aprofundamento dos processos democráticos no Brasil, vários estudos levam em conta a afirmação preliminar de que o Brasil está mudando para uma cultura política mais democrática, moldada substancialmente pelos movimentos sociais. Ao politizarem a antes silenciada esfera privada, os movimentos populares, no final dos anos 1970, contribuíram de modo significativo para a construção do que Sader (1988) chama "uma nova subjetividade coletiva" (1988, p. 36). Engajados em processos dialéticos permanentes com vários agentes internos e externos, os movimentos sociais, por um lado, produziram um novo discurso, conhecimento, interação social, modos de administração e redes de comunicação, e lutaram com sucesso por uma maior visibilidade e inclusão no projeto de modernidade da elite brasileira. Por outro lado, elementos dessa cultura popular altamente dinâmica impactaram e moldaram outros segmentos da sociedade, inclusive a arena política formal. Setores da classe média mostraram-se particularmente receptivos à nova cultura, idéias, lógica e conhecimento ativados pelas lutas dos movimentos populares. Impactando as matrizes discursivas dos profissionais de classe média, a militância do movimento contribuiu para modelar o que Gohn (1991) chama de "novos valores da classe média" e uma identificação com a cultura das classes populares (ibidem, p. 168).

Essa produção de uma "nova cultura" modificou substancialmente as matrizes discursivas do eleitorado e, assim, moldou a cultura política como um todo. As análises de José Álvaro Moisés (1992) das opiniões e atitudes predominantes no eleitorado brasileiro entre 1972 e 1990 apontam para uma clara democratização da visão de mundo política dos eleitores entrevistados⁴⁴. A maioria dos indicadores nesse estudo mostra uma liberalização de atitudes (ibidem, pp. 31-2) e um aumento na sofisticação política especialmente na classe média culta (ibidem, p. 37)⁴⁵. A contestação da realidade social pelos movimentos populares emerge mais claramente no estudo acima quando ele focaliza os dados relativos às eleições diretas. A luta por eleições diretas, travada principalmente pelos "metalúrgicos" e pelos movimentos sociais urbanos de São Paulo, ganharam força na forma de greves e manifestações nos dois anos anteriores à eleição de 1980, chegando ao ápice nesse ano. O impacto da luta sobre o eleitorado é fortemente visível. Enquanto em 1972 só 57% do eleitorado aprovavam as eleições diretas, esse número subiu para 82% em 1982, voltando a cair depois (ibidem, p. 22). O censo de São Paulo, centro da luta popular por eleições diretas, exibe com força ainda maior essa relação entre luta popular e opinião do eleitorado. A proporção do eleitorado favorável às eleições diretas cresceu de 62% em 1974 para 75% em 1978 e caiu depois das eleições para 69% em 1982 (ibidem, p. 31). Ademais, a disputa de conhecimento pelos movimentos sociais é altamente visível no âmbito da esfera política formal. Em meados dos anos 1980, o discurso do movimento social tinha entrado no "discurso político e cotidiano" (Assies, 1992, p. 37; Gohn, 1991, p. 15) e a participação do "movimento social organizado da sociedade civil" era discutida

Gohn, G.M. *Reivindicações populares urbanas: Um estudo sobre as associações de moradores em São Paulo*. São Paulo: Editora Cortez, 1982.

—. *Movimentos sociais e luta pela moradia*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

Goldani, A.M. "Changing Brazilian families and the consequent need for public policy". *ISSJ*, vol. 126, 1990.

Graham, L.S., e Wilson, R.H., orgs. *The political economy of Brazil: Public policies in an era of transition*. Austin: University of Texas Press, 1990.

Habermas, J. "New Social Movements". *Telos* 49, Fall, pp. 33-7, 1990.

Ireland, R. *Formations in civil society and projects in state construction in Brazil: A perspective from the grassroots*. Paper delivered at "The state in transition", conferência na Trobe University, Melbourne, 1993.

Jacobi, P. *Movimentos, reivindicações urbanas, Estado e cultura política: Reflexão em torno da ação coletiva e dos efeitos político-institucionais no Brasil*. São Paulo: Cedec, 1988.

Kottask, C.P. "Television's impact on values and local life in Brazil". *Journal of Communication*, vol. 41/1, Winter, 1991.

Kauffman, L.A. "The anti-politics of identity". *Socialist Review*, vol. 21/1, pp. 67-80, 1990.

Kowarick, L. e Ant, C. "Cem anos de promiscuidade: O cortiço na cidade de São Paulo". In: Kowarick, L., org. *As lutas sociais e a cidade*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1988.

Kowarick, L. e Bonduki, N. "Espaço urbano e espaço político: Do populismo à redemocratização". In: Kowarick, L., org. *As lutas sociais e a cidade*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1988.

Laclau, E. "New social movements and the plurality of the social", in Slater, D., org. *New social movements and the state in Latin America*. CEDIA, 1985.

—. e Mouffe, V. *Hegemony and socialist strategy: Towards a radical democratic politics*. Londres: Verso, 1985.

Langoni, C.G. *The development crisis: Blueprint for change*. San Francisco: ICEG, 1987.

abertamente. (cf. Assies, 1992, p. 37). A importância dos movimentos sociais no processo político é indicada ainda pela eleição de Luiza Erundina, prefeita de São Paulo de 1988 a 1992. Erundina conseguiu ganhar as eleições basicamente devido ao apoio dos movimentos populares e a seu envolvimento e compromisso com questões das classes populares (Silva, Pereira, Pontual, 1992, p. 22). Os Movimentos Sociais são, portanto, capazes de exercer pressão sobre a arena política e de influenciar substancialmente a agenda política (ver também Jacobi, 1988, p. 4). O novo clima político propôs ainda uma abertura das estruturas do Estado à participação popular no processo de planejamento (Gohn, 1991, p. 15).

No nível administrativo, os movimentos sociais têm hoje representantes em um grande número de comissões de planejamento, conselhos populares e posições de assessoria nas administrações federal, estaduais e municipais (por exemplo *Proposta* n° 54, Gohn, 1991, p. 14). Embora as soluções independentes dos órgãos estatais sejam raras ou inexistentes, os movimentos sociais criam uma pressão que exige atenção e resposta do Estado (Gohn, 1991, p. 170). Para consolidar a pressão sobre o aparelho do Estado, o movimento popular criou várias organizações e blocos políticos como CO-NAM, ANAMPOS e LBA (Legião Brasileira de Assistência) assim como a SEAC (Secretaria de Ação Comunitária) no nível federal. É por meio de organizações como essas que os movimentos populares conseguem influenciar e estimular programas de intervenção estatal (por exemplo, Rolnik, Grazia, 1992). Isso representa uma ruptura radical com as práticas passadas dos órgãos estatais, na medida em que a participação popular no processo de planejamento não era uma característica comum das intervenções urbanas do Estado no passado (por exemplo Leeds, Leeds, 1972; Jacobi, 1988, p. 3). Essa mudança dramática na resposta do Estado aos movimentos populares pressupõe o reconhecimento e a legitimação das demandas populares, uma mudança ideológica realmente radical. Nesse contexto, a posição do Estado, como por exemplo no caso das invasões de terra, adquire um papel inteiramente novo como facilitador e "consultor" do movimento (Ammann, 1991, p. 124). Essa integração de movimentos populares resultou ainda na deselitização da linguagem administrativa. Voltados para participantes do movimento com um mínimo de educação formal, os planos de intervenção são escritos em termos simples e diretos e possibilitam uma maior acessibilidade (Rolnik, Grazia, 1991, p. 16). Para facilitar uma participação maciça nesses processos de planejamento democrático está surgindo uma rede de comunicação incrivelmente diversa, estimulando um debate público sobre questões de planejamento (Rolnik, Grazia, 1991, p. 18).

O exemplo do Jardim Oratório demonstra claramente como a produção e acessibilidade de um discurso político e administrativo compreensível para a liderança e, em certa medida, para as bases do movimento fomenta uma maior capacidade das classes populares para participar da política formal e da esfera administrativa. A maior transparência dos discursos que dominam a esfera formal capacitou a liderança da Comissão da Terra a identificar os interesses políticos do bairro dentro da esfera política formal. A frequente troca de conhecimento estratégico e sistêmico entre as bases do movimento e a liderança da Comissão facilita uma maior distribuição de conhecimento entre as classes populares — o pré-requisito para qualquer participação democrática popular. Em consequência, o movimento da Comissão da Terra produziu seu próprio candidato às eleições municipais, fato que demonstra que no caso do movimento do Jardim Oratório, é realmente plausível uma transição do que é frequentemente denominado um "movimento de protesto" para um ator coletivo democrático construtivo. Mesmo enfrentando uma derrota eleitoral, nas palavras de João André, "a campanha pra nós

Leeds, A. e Leeds, E. *Brazil in the 1960's: Favelas and polity, the continuity of the structure of social control*. LADAC Occasional Papers Series 2/5, Austin: University of Texas Press, 1972.

Mainwaring, S. *The Catholic Church and politics in Brazil, 1916-1985*. Stanford: Stanford University Press, 1986.

—, e Wilde, A. *The progressive church in Latin America*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1989.

Melucci, A. "The symbolic challenge of contemporary movements". *Social Research*, vol. 54/4, Winter, 1985, pp. 789-816.

Moisés, J.A. *Lutas populares no Brasil: 1600-1953*. Campinas: Publicações Cesap, Texto 4, 1987.

Moura, M. "A participação política no meio de baixa renda: Uma reflexão a partir do movimento de moradores de Salvador". *Cadernos do CEAS*, n° 130, novembro/dezembro 1990, pp. 64-70.

Offe, C. "New social movements: Challenging the boundaries of institutional politics". *Social Research*, vol. 53/4, Winter 1985, pp. 817-68.

Pedrosa, F., Noel F.L., Ernesto, L., Pugliese, S. *A violência que oculta a favela: O dia-a-dia nas favelas do Rio*. Rio de Janeiro: L&PM Editores, 1990.

Pereira, A.W. "Agrarian reform and the rural workers" unions of the Pernambuco Sugar Zone, Brazil 1985-1988". *The Journal of Developing Areas*, vol. 26, janeiro, 1992.

Podesta, D. "Brazil child-killers run amok". *Guardian Weekly*, September 12, 1993, pp. 18.

Rolnik, R. "São Paulo, início da industrialização: O espaço e a política". In: Kowarick, L. org. *As lutas sociais e a cidade*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1988.

—, e De Grazia, G. "Plano Diretor: limites da participação popular". *Proposta*, vol. 54, agosto, 1992.

Sader, E. *Quando novos personagens entraram em cena: Experiência e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-80*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1988.

Schwartz, G. "Stabilization policies under political transition: Reform versus adjustment in Brazil 1985-1989". *The developing economies*, XXVIII-1, março, 1990.

foi uma experiência nova e a gente acha que valeu a pena". Além disso, o fato de que o candidato escolhido pelo movimento fosse uma pessoa de suas próprias fileiras cuja história de envolvimento na luta era conhecida ("a gente já conhece a história de luta dele") restabeleceu uma certa fé no sistema político. Uma percepção de um sistema político mais igualitário sem "sacanas" passou de repente a ser viável. O discurso basicamente auto-referencial da política partidária — a política partidária se tornou um fim em si — está, com a candidatura de participantes do movimento e membros das classes populares infundidas com elementos da luta palpável, produzindo a possibilidade de uma nova legitimidade. Os movimentos de bairro, desse modo, podem cumprir potencialmente a função de um núcleo democrático das classes populares. Essa função é fortalecida ainda mais na medida em que a participação democrática não se baseia em uma retórica fraternal mas está firmemente enraizada no palpável — a luta cotidiana pela sobrevivência. O envolvimento político da Comissão da Terra, por exemplo, se baseia na crença de que a eleição de um vereador do movimento abriria as portas da administração local ("se abririam as portas dos órgãos competentes no município") e facilitaria uma maior permeabilidade da municipalidade em relação a preocupações tais como direitos de propriedade e infra-estrutura. Além do fato de que os movimentos "[aprenderam] que [têm] de ter um braço dentro da instituição", cresceu a consciência de que "nós temos que ter uma coisa muito mais forte, uma organização muito mais forte, que vai dar força e vai dar representatividade para você" (Dona Zulmira, cf. Silva, Pereira, Pontual, 1992, p. 20). Essa ligação entre movimentos e representantes políticos se baseia num compromisso produzido por uma história de luta compartilhada, ligando eleitorado e eleito, baseado em mais do que promessas de melhores serviços urbanos. As organizações de bairro, assim, ao traduzirem informação num formato que pode ser digerido pelas classes populares, formam o alicerce de uma democracia popular. Adicionalmente, ao enraizarem firmemente seu envolvimento político no palpável e produzirem condições propícias a uma representação democrática popular, os movimentos sociais conseguem restabelecer um certo grau de legitimidade das classes populares no sistema democrático.

Os efeitos da produção de novo conhecimento e de novas estruturas pelos movimentos sociais não estão, é claro, restritos às políticas públicas e à administração. O envolvimento de movimentos populares em questões de saúde, construção de infra-estrutura, questões legais e técnicas de produção alternativas produziu um conjunto amplo de novos conhecimentos. E, o que é mais importante, os movimentos sociais estão provando constantemente que uma conceitualização alternativa dos eventos é possível e que novas soluções para problemas conhecidos são, conseqüentemente, concebíveis. Ao prover a sociedade com uma corrente constante de novas idéias e ideais, os movimentos sociais constituem-se como ator essencial na moldagem de uma nova cultura política popular brasileira. Além disso, ao contestar construtivamente agrupamentos de realidades sociais estabelecidas e amplamente aceitas, os movimentos parecem ser capazes de fornecer aquele elemento cuja oferta no meio acadêmico é atualmente escassa — o significado.

7. Conclusão

Nas duas últimas décadas, os analistas acadêmicos, em busca de um novo significado, encenaram a ascensão e a queda dos "novos movimentos sociais

Scott, A. *Ideology and the new social movements*, Chapter 6. Londres: Unwin Hyman, 1990.

Slater, D. "Social movements and a recasting of the political". In: Slater, D. *New social movements and the State in Latin America*. CEDIA, 1985.

Silva, F.J.R., Pereira, M.A. e Pontual, P. "Participação popular na administração municipal de São Paulo". *Proposta*, vol. 54, agosto, 1992.

Stepan, A. *Rethinking military politics: Brazil and Southern Cone*. Princeton: Princeton University Press, 1988.

Touraine, A. "An introduction to the study of social movements". *Social Research*, vol. 52/4, Winter 1985, pp. 749-87.

Touraine, A. *La parole et le sang: Politique et société en Amérique Latine*. Paris: Editions Odile Jacob, 1988a.

—. *Return of the actor: Social theory in post industrial societies*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988b.

Trindade, H. "Presidential elections and political transition in Latin America". *ISSJ*, nº 128, 1991.

Weffort, F. "Brasil: Condenado, à modernização". In: Da Matta, R., org. *Brasileiro cidadão?* São Paulo: Cultura Editores Associados, 1992.

Wittgestein, L. *Philosophical Investigations*. Oxford: Basil Blackwell.

Wolfe, J. e College, W. "Social movements and the State in Brazil". *LARR*, vol. 20/1, 1993.

Zirker, D. "The civil-military mediators in post-1985 Brazil". *Journal of Political Military Sociology*, vol. 19, Summer, 1991.

urbanos". No processo, aqueles que recolhem as migalhas da *ordem e progresso* foram representados como a vanguarda "sociocultural", "anti-sistêmica", "antimoderna" e "antiestatal" e foram comissionados para substituir um movimento de trabalhadores evanescente. O "ação consciente autônoma" dessa "sublevação espontânea da sociedade civil" infundiria novo significado em um discurso acadêmico paralisado por uma condição pós-moderna auto-administrada. Na busca de significado essa apropriação de fenômenos sociais foi amplamente celebrada por uma comunidade acadêmica que, na medida em que a ação coletiva não foi capaz de alcançar a teoria do sistema, estava apenas preparada para também renunciar desapontada aos *favelados*. De repente a vanguarda orgulhosa tinha virado um magote de analfabetos "politicamente não-sofisticados" que não eram muito capazes de realizar a passagem de movimento de protesto a ator político formal.

Se os movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980 são inscritas numa temporalidade maior, contudo, emergem características diferentes. Uma escavação das lutas populares urbanas revela que os movimentos sociais continuam a dar uma contribuição substancial para uma democratização profunda da política brasileira. As organizações de moradores, de fato, formam a base do projeto de democracia popular do Brasil ao facilitar estrutural e cognitivamente um grau de participação popular. Além disso, os movimentos sociais são um importante produtor de significado político, impactando o desenvolvimento da sociedade civil brasileira como um todo. Uma análise que descarte a importância política dos movimentos sociais referindo-se à fissura recente das organizações despreza o caráter cíclico dos movimentos sociais, uma característica que é, como neste texto, exposta pela focalização dos discursos e identidades que dão origem à militância do movimento. Esse foco revela também os processos dialéticos que se desenvolvem como resultado da interação entre os movimentos e vários órgãos e dão origem a um inestimável conhecimento "novo" e um ímpeto para desafiar o tecido da modernidade.

Recebido para publicação em outubro de 1994.

Götz Ottmann é professor da Australian National University, em Canberra.

Novos Estudos
CEBRAP
N.º 41, março 1995
pp. 186-207
